

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

Artº 1º

Objeto

1. O presente Regulamento aplica-se exclusivamente ao processo eleitoral para os membros do Conselho Geral, de acordo com o Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho.
2. A eleição do Conselho Geral é efetuada através de escrutínio secreto, na qual participam a totalidade do pessoal docente, não docente em exercício de funções no Agrupamento e ainda os delegados das turmas do 2º ciclo e do 3º ciclo.

Artº 2º

Abertura e publicitação

1. Compete ao Presidente do Conselho Geral convocar as assembleias eleitorais para a eleição do Conselho Geral do Agrupamento.
2. Da convocatória do ato eleitoral, a afixar em local de visibilidade pública de cada estabelecimento do Agrupamento, devem constar obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - a. Data e local de realização do ato eleitoral.
 - b. Horário de abertura e fecho da Assembleia Eleitoral.
 - c. Constituição da Mesa Eleitoral.

Artº 3º

Designação dos representantes do Pessoal Docente

1. Integram a Assembleia Eleitoral, para a eleição dos nove representantes, os docentes que à data da eleição, se encontrem em exercício de funções nas escolas do Agrupamento.
2. Para todos os efeitos, consideram-se docentes, os técnicos especializados contratados pelo Agrupamento.
3. Das listas do pessoal docente devem constar pelo menos um em representação das Educadoras de Infância e um em representação dos professores do 1º ciclo.
4. Os candidatos só podem integrar uma única lista
5. Os docentes e técnicos especializados contratados não podem integrar as listas para o Conselho Geral.

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

Artº 4º

Designação dos representantes do Pessoal Não Docente

1. Os representantes do pessoal não docente ao Conselho Geral são eleitos por todo o pessoal não docente em assembleia geral convocada para o efeito pelo Presidente do Conselho Geral.
2. O pessoal não docente contratado não pode ser eleito para o Conselho Geral.
3. Será representante efetivo ao Conselho Geral o funcionário que obtiver maior número de votos, por votação secreta.
4. O funcionário imediatamente a seguir com maior número de votos será o membro suplente.
5. Se houver empate na votação, proceder-se-á a votações sucessivas, por escrutínio secreto, até encontrar o funcionário com maior número de votos.
6. O pessoal não docente, como encarregado de educação, não pode ser eleito em simultâneo como representante do pessoal não docente.

Artº 5º

Designação dos representantes dos Pais e Encarregados de Educação

1. Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do Agrupamento, sob proposta das respetivas associações de pais e encarregados de educação.
2. Na falta destas será o Presidente do Conselho Geral cessante a convocar e presidir à assembleia geral de pais e encarregados de educação que elegerá os seus Representantes ao Conselho Geral por votação secreta.
3. Tendo como princípio a democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo, aconselha-se que os Representantes dos pais e encarregados de educação o sejam na qualidade de níveis diferentes de ensino e de diferentes escolas do Agrupamento.
4. Serão representantes efetivos ao Conselho Geral os quatro Pais e Encarregados de Educação que obtiverem maior número de votos, por votação secreta.
5. Os quatro Pais e Encarregados de Educação imediatamente a seguir com maior número de votos serão os membros suplentes.
6. Se houver empate na votação, proceder-se-á a votações sucessivas, por escrutínio secreto, até encontrar os Pais e Encarregados de Educação com maior número de votos.
7. Os pais e encarregados de educação sendo pessoal não docente do agrupamento, não podem ser eleitos em simultâneo como representantes dos pais e encarregados de educação.

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

Artº 6º

Designação dos representantes da Autarquia

1. Os três representantes da Autarquia são designados pela Câmara Municipal de Paredes, podendo esta delegar esta competência nas Juntas de Freguesia.
2. A autarquia indica, por escrito, os seus representantes ao Presidente do Conselho Geral cessante.

Artº 7º

Designação dos representantes da comunidade local

1. Os quatro representantes da comunidade local são cooptados pelos demais membros do Conselho Geral de acordo com os objetivos do Projeto Educativo *Trepar Paredes II* e parcerias estabelecidas.
2. Este procedimento será realizado na primeira reunião presidida pelo presidente do Conselho Geral eleito.
3. A autarquia indica, por escrito, os seus representantes ao Presidente do Conselho Geral cessante.

Artº 8º

Designação dos representantes dos discentes

1. A representação dos discentes é assegurada por um aluno eleito em Assembleia de Delegados.
2. O aluno eleito não tem direito a voto nas reuniões do Conselho Geral.

Artº 9º

Apresentação das listas e publicitação

1. As listas do pessoal docente candidatas ao Conselho Geral são apresentadas em impresso próprio a fornecer, para o efeito, pelo Diretor ou por quem as suas vezes fizer, até às onze e trinta horas da antevéspera do dia da realização das eleições para o Conselho Geral.
2. As listas devem conter, obrigatoriamente, o nome, a categoria, o grau de ensino e o estabelecimento onde os candidatos exercem funções.
3. As listas do Pessoal Docente candidatas ao Conselho Geral são rubricadas pelos candidatos que as integram, manifestando assim a aceitação da sua candidatura à eleição.
4. Recebida a lista candidata e verificada a sua conformidade com as normas do presente regulamento, o Presidente do Conselho Geral cessante identifica-a por ordem alfabética e de entrega, rubrica-a, providencia a sua divulgação no *site* do Agrupamento e a sua afixação em todos os estabelecimentos do Agrupamento.

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

5. Se alguma lista não se encontrar em conformidade com as normas do presente Regulamento, o Presidente do Conselho Geral cessante entrega-a, de imediato, ao primeiro candidato efetivo presente para que este, até ao prazo limite de entrega das listas proceda à sua regularização.
6. Se alguma lista se encontrar nas condições descritas no número anterior e não regularizar a sua situação, ou o fizer fora de prazo de entrega, é excluída do processo eleitoral pelo Presidente do Conselho Geral cessante, não sendo portanto submetida a sufrágio.
7. As listas de pessoal docente candidatas ao Conselho Geral podem proceder à sua divulgação junto da comunidade, sendo da responsabilidade dos seus membros os encargos inerentes.

Artº 10º

Mesa da Assembleia Eleitoral

1. Os membros da Assembleia Eleitoral para eleição do pessoal docente serão constituídos em reunião convocada para o efeito e presidida pelo Presidente do Conselho Geral.
2. A mesa eleitoral será constituída por um presidente, um vice-presidente e um por igual número de suplentes.
3. A fim de eleger os membros efetivos e suplentes da Mesa da Assembleia Eleitoral o pessoal docente de acordo com a convocatória do ato eleitoral reúne, prévia e conjuntamente, até às 18 horas da antevéspera da realização do ato eleitoral, para escolher os membros efetivos e os respetivos suplentes.
4. Durante o período de funcionamento da Assembleia Eleitoral, é obrigatória a presença de, pelo menos, dois membros efetivos da Mesa da Assembleia, podendo um dos seus três membros efetivos ser substituído.
5. O ato eleitoral pode encerrar mais cedo, desde que tenham votado todos os eleitores docentes em exercício de funções inscritos nos cadernos eleitorais.
6. Os membros da mesa no dia da votação têm dispensa de trabalho e devem justificar esta ausência como serviço oficial.

Artº 11º

Competências da Mesa da Assembleia Eleitoral

1. Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral:
 - a. Receber do Presidente do Conselho Geral, ou de quem as suas vezes fizer, o caderno eleitoral.
 - b. Proceder à abertura e encerramento da urna.
 - c. Efetuar os escrutínios e divulgar os resultados.
 - d. Lavrar a ata do resultado da eleição.
 - e. Proceder à divulgação dos resultados.

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

Artº 12º

Delegados

Cada lista do pessoal docente poderá indicar até dois Representantes para acompanharem todos os atos da eleição.

Artº 13º

Votação do Pessoal Docente

1. A votação decorrerá em data previamente definida, das nove às dezoito horas.
2. A votação realiza-se por sufrágio secreto e presencial.
3. Em nenhuma circunstância é permitido o voto por correspondência ou por delegação.
4. A conversão dos votos em mandatos dos membros efetivos das listas do pessoal docente candidatas ao Conselho Geral é conseguida de acordo com a prioridade conferida pela aplicação do método de representação proporcional da média mais alta de *Hondt*.

Artº 14º

Abertura da urna

1. Terminado o período de abertura do ato eleitoral, a mesa procede à abertura da urna, à contagem dos votos e ao apuramento dos resultados.
2. A mesa procede à conversão dos votos expressos em cada lista nos respetivos mandatos, apuramento dos nomes dos membros do pessoal docente para o Conselho Geral.
3. Procede-se à elaboração da ata onde tem de ser registada a ordem pela qual os candidatos foram eleitos.
4. A ata é assinada pelo Presidente da mesa, pelo Vice-Presidente, pelo Secretário e pelos delegados das respetivas listas.

Conselho Geral

Regulamento do Processo Eleitoral

Artº 15º

Divulgação dos resultados

1. O Presidente da Mesa procede à afixação dos resultados eleitorais no placard do átrio de entrada da escola sede.
2. As atas respeitantes aos atos eleitorais são entregues, nos três dias subsequentes ao da realização da eleição, ao Presidente do Conselho Geral em exercício, o qual as remete no prazo de um dia, acompanhadas dos documentos de designação dos Representantes eleitos bem como da autarquia local, ao Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Norte.
3. O resultado do processo eleitoral produz efeitos após a comunicação referida no número anterior.

Artº 16º

Reclamações

Todas as contestações ou impugnações ao ato eleitoral devem ser formalizadas, por escrito, junto do Presidente do Conselho Geral no prazo de quarenta oito horas após a publicação dos resultados.

Artº 17º

Ausência de listas do Pessoal Docente

Se o pessoal docente não apresentar quaisquer listas de candidatura ao Conselho Geral, até ao prazo de entrega previsto neste regulamento, o Presidente do Conselho Geral reinicia o processo eleitoral nos cinco dias úteis seguintes, adaptando-se para o efeito, os prazos anteriormente estabelecidos.

Paredes, 26 de novembro de 2013

O Presidente do Conselho Geral,

(António Manuel Bessa)